

■ CAPÍTULO 2 ■

REALISMO, NOMINALISMO E CONCEPTUALISMO

Neste capítulo, apresentamos as posições acerca da natureza e da existência de entidades gerais ou universais. Tradicionalmente, esse problema é conhecido como o “problema dos universais” e remonta a Aristóteles. Trata-se de saber se as determinações, propriedades e relações atribuídas às coisas particulares existem e qual a sua natureza. Os realistas afirmam que de algum modo os universais existem tal como as coisas de que eles são atributos; os nominalistas negam a existência dos universais, afirmando que se trata apenas de nomes comuns a muitas coisas; por sua vez, os conceptualistas afirmam que os universais são atributos ou estados da mente.

2. REALISMO, NOMINALISMO E CONCEPTUALISMO

Diante da variedade das experiências e dos acontecimentos, as diferentes línguas criadas pelas diferentes comunidades humanas sempre introduzem dispositivos de designação. Na língua portuguesa é comum usar nomes próprios, como “Maria” e “Florianópolis”, descrições definidas, como “O atual prefeito de Florianópolis” e “O beijo de Clio em Zeno”. O uso de expressões designadoras é básico para a interação comunicativa e a cooperação em atividades nas quais é necessário indicar um determinado objeto e manter a atenção do outro voltada a esse objeto. Essa prática pressupõe a capacidade de identificar um objeto numa situação, diferenciando-o de outros, e, sobretudo, de reidentificá-lo. Referir-se a um objeto e retomar a referência ao mesmo objeto em diferentes momentos e lugares, pode-se dizer, é uma habilidade fundamental para as nossas práticas e saberes. Todavia, é bem conhecida também a noção de falsa indicação ou de nome que não nomeia nada. As práticas discursivas mostram que um enunciado pode muito bem ser significativo e não falar nada de nada. A ontologia inicialmente apresenta-se como uma resposta estilizada às questões naturais “o que há/existe?” e “o que é isso que há?”. As tentativas de resposta à pergunta “o que é que há?” são também tentativas de distinguir com segurança os nomes efetivos dos nomes vazios. Considerem-se os seguintes enunciados:

1. Clio e Zeno encontraram o anel mágico.
2. O casamento de Zeno entristeceu Clio.
3. A lealdade de Zeno apenas se compara à tristeza de Clio.

Nessas frases, as expressões “Clio”, “Zeno”, “o anel mágico”, “o casamento”, “a lealdade”, “a tristeza” exercem funções referenciais à primeira vista. Com elas indica-se algo do qual se pode predicar com verdade e falsidade muitos predicados. O sentido dessas frases parece exigir que **haja** algo que essas expressões nomeiam. Pois, à primeira vista, **não faz sentido** dizer que alguém encontrou um anel mágico e concomitantemente dizer que anéis mágicos não existem; ou então dizer que algo entristeceu alguém e dizer ao mesmo tempo que esse algo não ocorreu. Porém, não haveria nenhum problema linguístico ou gramatical caso se falasse assim, pois o problema é quanto às suposições de existência e concepções ontológicas. Agora, do fato de que seja normal o uso desse tipo de frase, isto é, do fato de que essas frases possam ser usadas em situações efetivas de comunicação, segue-se que **há entidades** correlatas a essas expressões? Nomeia-se e descreve-se algo sempre que se usa com sentido um nome ou uma descrição?

Realismo, Conceptualismo e Nominalismo apresentam maneiras distintas de se posicionar diante dessa questão, sobretudo no que se refere ao problema de saber se os termos gerais, nomes comuns ou **universais**, como “tristeza” e “anel”, nomeiam algo ou não.

Esse problema é conhecido como o **problema dos universais** e surgiu no contexto da discussão e interpretação das teses de Platão e Aristóteles, sobretudo pela provocação cínica de Antístenes, quando afirmava: “**Sócrates, eu vejo cavalos, mas não a cavalidade!**”.

Exemplificando: enquanto Aristóteles, Locke e Nietzsche foram indivíduos únicos, singulares, concretos, dizemos que os três tiveram em comum o fato de terem sido filósofos, homens, sábios, de terem escrito livros, etc. Nesse caso, os indivíduos são **particulares**. Já aquilo que podemos predicar deles, e que aparece como as semelhanças por eles compartilhadas são **universais**. Portanto, algumas das questões que envolvem particulares e universais são:

• Chamamos de **universais**, grosso modo, o que observamos ser comum entre muitas coisas diferentes ao mesmo tempo, em contraposição aos **particulares**, que por definição são únicos e bem localizados no espaço e no tempo.

• Cf. *Ontologia II*, cap. 2.

“em que sentido dizemos que duas coisas distintas são de alguma forma iguais?”; “o que significa dizer que predicados são universais?”; “o que significa esse ‘são’ quando dito em relação a predicados e termos gerais?”; “queremos dizer que os universais existem assim como os particulares?”; “qual é o estatuto ontológico daquilo que atribuímos a um particular?”; e “o que é um particular?”. Aceita a distinção entre particulares e universais, e entre abstratos e concretos, a pergunta incontornável, subjacente e irresolvida nas discussões ontológicas é quanto ao sentido de “ser/há/é” quando usado para dizer “há particulares e universais”, “há entidades concretas e abstratas”. Se é verdade que Clio deu uma bola amarela para Zeno, então podemos **inferir** que há uma bola, que há uma cor dessa bola, que há duas pessoas e que há uma relação de doação. Esses “**haveres**” estão **implicados** no sentido da frase “Clio deu uma bola amarela para Zeno”. O problema está em dizer em que sentido, um ou vários, **há** bolas, cores, doações, pessoas.

Essas questões conduziram o que era conhecido na época medieval como o problema dos universais ao problema da predicação – ou à discussão acerca de entidades abstratas, tais quais propriedades, relações e tipos, uma vez que os universais foram apontados basicamente como sendo propriedades (qualidades, características, atributos), relações ou tipos. Assim, uma **propriedade** é o que dizemos de um ou vários indivíduos como algo que se possui, seja algo intrínseco ou adquirido, como a cor da pele negra ou a habilidade de calcular. Uma **relação** seria algo que ocorreria entre dois ou mais indivíduos, podendo também ser necessária ou casual, como ser filho de alguém ou estar a um metro de distância. Por fim, um **tipo** pode ser compreendido como uma espécie ou classe em que encaixamos um grupo de indivíduos que se assemelham por compartilharem determinadas características, tais como ser humano, ser brasileiro, ser par, ou qualquer identificação que permita contar algo por um. Nesse caso dizemos que os indivíduos pertencem a tal tipo. Note que diversos indivíduos distintos compartilham esses universais ao mesmo tempo, tendo a pele negra, sendo filhos de alguém ou sendo brasileiros, ao passo que Nietzsche foi só um, você é único e eu também. Dizemos que diferentes particulares exemplificam determinado universal quando atribuímos uma mesma propriedade a vários indivíduos,

ou quando esses indivíduos instanciam tal propriedade. Isso implica um desligamento espaço-temporal daquilo que identificamos como universais. Diferentemente dos particulares, que, enquanto seres concretos no nosso mundo sensível, não podem ocupar dois lugares diferentes ao mesmo tempo, vemos que é característica dos universais, enquanto entidades abstratas, estarem em vários lugares ao mesmo tempo sendo o mesmo (eles são multiexemplificáveis), o que mostra que eles são fundamentalmente repetíveis e isso indica um tipo bem estranho de ser (se é que de algum modo eles **são**).

Posicionar-se frente à questão dos universais designa o tipo de comprometimento ontológico que se quer ter com propriedades, relações e tipos. Ou seja, que tipo de **ser** você vai atribuir aos universais. **Realistas**, nesse sentido, são aqueles filósofos que defendem a existência de universais independentemente das próprias coisas ou da mente humana. Ou seja, existiria a “brancura” independente de pessoas, ou dessa ou daquela coisa branca particular, para pensá-la. Existem diferenças dentro do próprio realismo de acordo com o modo como se veem os universais, o que veremos mais abaixo. **Nominalistas** são aqueles que defendem a existência efetiva apenas de particulares, considerando os universais então como meros nomes que damos às propriedades das coisas, seus tipos ou relações. Para eles, não existe algo como o “ser brasileiro”. Existe eu, você, seu vizinho e todas essas pessoas individuais e únicas que nasceram no Brasil ou se naturalizaram. Brasileiro é só o nome que damos a essa semelhança de tipo observada em um grupo específico de particulares.

As duas posições são acolhidas por seus defensores em virtude dos problemas que elas se propõem a resolver dentro desse debate, que trata, segundo Michael J. Loux, de “uma questão que volta às origens da metafísica ela mesma, se há uma explicação geral para o truísmo pré-filosófico de que coisas compartilham atributos.” (LOUX, 1998, p. 21).

Mas é evidente que se há duas posições distintas é porque elas carregam algum tipo de problema de difícil resolução que costuma ser alvo de crítica da outra corrente. Vamos analisar cada uma separadamente e ver quais são seus pontos fortes e fracos?

2.1 REALISMO

Achamos que é conveniente só falar de coisas existentes quando estão no tempo, ou seja, quando podemos indicar algum tempo em que elas existem (sem excluir a possibilidade delas existirem em todos os tempos). Assim, os pensamentos e os sentimentos, as mentes e os objetos físicos existem. Os universais, porém, não existem neste sentido; diremos que subsistem ou têm uma essência, onde “essência” se opõe a “existência” como algo eterno. Portanto, o mundo dos universais pode também ser descrito como o mundo da essência. O mundo da essência é imutável, rígido, exato, encantador para o matemático, para o lógico, para o construtor de sistemas metafísicos, e para todos os que amam a perfeição mais que a vida. (RUSSELL, 2005).

Realistas, como já vimos e como aparece na citação de Russell acima, são defensores de que **os universais existem independentemente dos nossos pensamentos acerca deles ou das próprias coisas que os exemplificam**. Ou seja, para eles existem basicamente duas categorias de objetos que dão conta de alocar tudo o que há: os particulares e os universais (LOUX, 1998, p. 23). Mes-

mo que haja distinções entre as ontologias dos realistas – a saber, entre os que defendem que os universais existem antes da coisa (ante re), ao estilo de Platão, e que contemporaneamente são também atribuídos a um tipo de realismo lógico (com Russell e Frege); e os que defendem que os universais existem na coisa (in re), ao estilo de Aristóteles, que comporiam hoje algo como um realismo naturalista –, ainda assim eles concordam que se trata de dois tipos diferentes de entidades e que ambas são indispensáveis para a nossa compreensão do mundo e muito frutíferas no que diz respeito à resolução de *problemas filosóficos históricos*.

PROBLEMAS FILOSÓFICOS HISTÓRICOS

Em seu livro *Logical Investigations of Predication Theory and the Problem of Universals*, Cocchiarella apresenta Gottlob Frege como um realista lógico que não trata os universais com uma natureza de indivíduo, mas diz que eles têm uma natureza predicável apenas (p. 107), o que o afastaria da abordagem platônica. A despeito das diversas classificações dentro do realismo, seguiremos a apresentação segundo a abordagem clássica de Michael J. Loux, que expõe suas diferentes correntes de acordo com o que têm de aproximado.

Começaremos então nossa análise sobre o realismo com uma das questões fundamentais que seus defensores se propõem a resolver, que diz respeito à predicação, à compreensão de sentenças predicativas do tipo **S é P**. Sentenças desse tipo

constituem a forma mais básica de predicação que existe, o que elas dizem é que um predicado (**P**) é dito de determinado sujeito (**S**). A exemplo da sentença (1): **Maria é bonita**. Para que essa sentença seja verdadeira, pressupomos que ela diga algo a respeito de como um fato no mundo é – aqui, que Maria seja bonita. Isso implica uma relação de correspondência entre um enunciado linguístico e um acontecimento no mundo real. Entendemos perfeitamente que Maria corresponda a alguém no mundo, mas se apenas o sujeito da sentença tiver um referente, a análise parece incompleta. Que dizer então da qualidade “ser bonita”? O que os realistas pretendem é que assim como Maria possui um referente efetivo, seu atributo também deve possuir, ou seja, da mesma forma que nomes particulares possuem uma referência no mundo, termos gerais também devem possuir. E por conta disso é que seríamos capazes de compreender tais sentenças e nos pronunciarmos acerca de sua veracidade. Continuando a análise, além de dizermos que Maria é bonita, também podemos dizer que Joana é bonita, e que várias outras pessoas ou coisas são bonitas, de onde inferimos que “bonita” é um universal e que os particulares aos quais cabe dizer que “são bonitas” possuem essa propriedade. Assim, as sentenças do tipo **S é P** são inicialmente explicadas pelos realistas como um sujeito **S** que possui uma propriedade (universal) **P**.

· Isso ocorre nos três modos
 · de ser dos universais que
 · mencionamos anteriormente:
 · falamos então em **possuir**
 · quando o predicado universal
 · é uma propriedade; em
 · **pertencer** quando se trata
 · de um tipo; e em **entrar**
 · **em** quando se trata de uma
 · relação.

Mas pensando em universais como termos gerais, não soa um tanto estranho falarmos que “bonita” é um universal? E que diferentes pessoas compartilham a propriedade “bonita”? Intuitivamente, quando pensamos em um universal, pensamos em um nome também, algo que possa ocupar o papel de um sujeito numa frase, que seja ainda mais geral que um simples adjetivo. Não pensamos em universais como bonita, sábio ou circular; pois senão poderíamos imaginar outros universais semelhantes, como bonito, sábia e arredondado, que seriam compartilhados por um grupo diferente de objetos. Do contrário, faz mais sentido falarmos em universais como beleza, sabedoria e circularidade. Por conta disso, os realistas tiveram que aprimorar um pouco seu modo de falar (para não haver uma multiplicação absurda do número de universais existentes) e passaram a afirmar que o que se diz no predicado através de um termo geral **expressa ou conota** um universal; en-

quanto que o sujeito, por sua vez, **satisfaz** a condição do predicado. No nosso exemplo (1), **bonita** expressa o universal **beleza** e **Maria** é o objeto do mundo que satisfaz o predicado **bonita**. Mas note que ao dizer isso, está dizendo-se algo a mais. Ao dizer que Maria é bonita, não se está somente falando que o objeto Maria pertence a um grupo de diversos objetos semelhantes. Realistas pretendem que ao apontar uma característica de um objeto, esteja apontando-se também diretamente para o universal que essa característica representa. Isso ficaria visível ao parafrasearmos as sentenças desse tipo para: Maria exemplifica beleza. O que para eles pode (e deve!) ser feito com qualquer sentença predicativa, colocando-se assim os universais numa relação explícita de referência, equivalente à dos particulares, mostrando a sua força referencial de forma bastante intuitiva.

Assim eles lidam com o problema das referências abstratas. Se, como vimos, universais devem poder ocupar o papel de um nome em uma sentença (ao contrário dos termos gerais como “bonita”, que não podem), acontece de construirmos sentenças do tipo: (2) **A beleza é uma bênção**. Numa sentença como essa, “beleza” é o que se chama termo singular abstrato, seu referente direto é um universal, e, de acordo com os realistas, somente quem adota uma ontologia de universais é capaz de explicar esse fenômeno de maneira satisfatória. Pois é necessário, para verificarmos a veracidade dessa sentença, que ela diga algo a respeito do mundo; ou seja, para sabermos se a beleza de fato é uma bênção, deve primeiramente existir a beleza, ela deve ter um referente capaz de ser investigado, de outra forma não poderíamos sequer fazer asserções ao seu respeito. Logo, se assumimos que a beleza existe, nos comprometemos com alguma variação da ontologia universalista dos realistas.

Vejamos agora algumas objeções feitas por aqueles que não aceitam tal ontologia. A primeira delas, já apontada por Platão, é o **argumento do terceiro homem**. No contexto atual esse argumento pode ser exposto da seguinte forma: para uma sentença do tipo **S é P** ser verdadeira, o sujeito gramatical **S** deve exemplificar o universal expresso pelo predicado **P**. Isso implica uma relação entre **S** e **P**, a saber, a relação de exemplificação. Mas vimos que para os realistas também existem universais correspondentes às

relações. Desse modo, para essa relação de exemplificação (**S é P**) ser verdadeira, tem de haver uma segunda relação de exemplificação (exemplificação²) que relacione a primeira relação com a segunda (**'S é P'** exemplifica² a relação de exemplificação). Mas para verificarmos a veracidade dessa segunda relação, necessitaremos de uma terceira exemplificação (exemplificação³), visto que exemplificação² também é um universal. Isso leva a uma regressão infinita que nos impede de atingir o objetivo inicial de atestar a veracidade de **S é P**. Alguns realistas respondem a isso dizendo que a verdade de uma sentença não tem nada a ver com a verdade da outra, e que bastaria a primeira relação de exemplificação para dar conta de **S é P**. O fato é que essa regressão infinita incomoda a grande maioria dos realistas, e foi o que os levou a admitir algumas restrições na sua ontologia. Uma dessas restrições pode ser feita eliminando-se as relações do quadro ontológico dos universais. Mas esse seria um corte muito grande em sua ontologia e traria problemas para outras explicações. Então, outra saída é dizer que a exemplificação não é uma relação como as demais. Enquanto as outras relações aproximam objetos pela mediação da relação de exemplificação, a exemplificação mesma não utiliza mediadores. E isso seria uma característica categorial primitiva do **conceito de exemplificação**. Por conta disso, realistas falam de exemplificação não como uma relação, mas como um nexos, de modo a não generalizar os conceitos, respeitando essa sua especificação.

Outra objeção à ontologia de universais é quanto ao modo como ela lida com propriedades que podem ser definidas por outras propriedades em princípio mais simples, como é o caso de “**solteiro**”. Um objeto que tenha a propriedade “**solteiro**” necessariamente também terá “**ser humano**”, “**homem**” e “**não casado**”. De acordo com o que tem sido apresentado, deveria haver então um universal distinto para cada uma dessas propriedades. Mas será que isso não acaba gerando um número enorme de universais redundantes? Precisamos, para compreender nossas asserções acerca do mundo, de um universal para “**solteiro**” e outro para “**não casado**”? E se já temos um universal “**casado**”, precisamos de outro para sua negação? Esse tipo de questionamento levou parte dos realistas a fazerem mais uma restrição em sua ontologia. Admitindo que existam

.....
 : “It is [exemplification], we
 : are told, an unmediated
 : linker; and this fact is taken
 : to be a primitive categorical
 : feature of the concept of
 : exemplification.” (LOUX, 1998,
 : p. 40).

algumas propriedades que podem ser definidas a partir de outras mais simples, alguns realistas resolveram alocar em sua ontologia somente as que foram consideradas **primitivas**, deixando as outras para serem **derivadas** delas. Mas com isso, ao invés de resolver o problema, criaram um ainda maior, que é o de saber quais propriedades são as primitivas. Tentativas nesse sentido foram feitas, até que se chegou ao básico do básico, como cores, formas simples, sabores, aqueles elementos que um empirista prontamente apontaria como os imediatos na experiência cotidiana. Evidentemente, isso só fez gerar ainda mais críticas, pois podemos pensar em propriedades como as morais (por exemplo, a justiça ou a lealdade) que não se reduzem a esses aspectos empíricos, o que mostrou que esse tipo de diferenciação enfraquecia a teoria ao invés de fortalecê-la.

Wittgenstein também criticou esse tipo de comprometimento ontológico com universais a partir da observação dos múltiplos usos que fazemos de um termo geral. Seu exemplo clássico é com a palavra “**jogo**”. Na tentativa de dar uma definição do que seja jogo, nos encontramos numa difícil situação, pois cada jogo parece ser diferente dos demais. Por mais que alguns aspectos se assemelhem, não há uma característica fundamental que una todos os diferentes tipos de jogos numa mesma definição. Sendo assim, como fica o universal para jogo? Será que devemos pensar em um universal distinto para cada jogo distinto? Esse seria mais um fenômeno que poderia levar a um número desmedido de universais desnecessários. A melhor resposta dos realistas para esse tipo de objeção foi dizer que não seria adequado, pois, falar em um universal “jogo”, que teria muitos sentidos, mas sim em “ser jogo”, o que acomodaria toda a variedade dentro de um único universal.

Outro grande obstáculo que serviu para aumentar as discussões entre os próprios realistas foi a explicação que cada um se propôs a dar acerca de *atributos não exemplificados*. Se os universais surgem no cenário filosófico para resolver a questão das semelhanças entre características de indivíduos, o que dizer daquelas características que não se encontram em nenhum indivíduo? Como lidar com propriedades sem instanciação? Se podemos imaginar uma propriedade que seja círculo-quadrangular, devemos supor que ela expressa um universal mesmo sabendo que não há e nem nunca

haverá um objeto que instancie tal propriedade? Realistas platônicos que defendem que os universais existem independentemente das nossas ideias ou das coisas mesmas não se encontram em grande dificuldade para responder a essa questão. Para eles, uma vez que os universais não têm nenhum vínculo espaço-temporal e existem antes das próprias coisas não há problema algum em falar de universais que nunca serão exemplificados, pois estamos aqui diante de dois reinos de entidades completamente diferentes, e o pelo fato de uma entidade não ser possível no mundo concreto não tem ligação com o mundo dos universais. A justificativa continua a mesma, a saber: se podemos fazer um pronunciamento acerca de alguma propriedade, se compreendemos o sentido da sentença na qual ela aparece, ela existe enquanto universal. Ou seja, universais existem à parte ao valor de verdade das sentenças em que são expressos. A maior dificuldade desses realistas é, então, justificar a ligação que há entre o reino dos universais e o dos particulares, haja vista suas diferenças materiais intrínsecas.

Quanto aos realistas naturalistas ao modo aristotélico, que defendem que os universais existem nas coisas concretas particulares, há um problema em explicar esses atributos impossíveis. Como poderíamos falar de propriedades tais quais ser círculo-quadrangular se não pode haver entidade que as exemplifique? De onde tiramos essa ideia se ela não se dá nas próprias coisas? Sua defesa segue a linha das abstrações que fazemos no nosso imaginário a partir das coisas mesmas. Do mesmo modo que vendo um cavalo, um pássaro e depois um bode, podemos juntar tudo em nossa cabeça e criar a ideia de um unicórnio alado, assim podemos ver características contraditórias em indivíduos distintos e falar em coisas como círculos quadrados. Essas abstrações não implicam a existência efetiva desses entes ou atributos, ao contrário, elas antes mostram como chegamos a conhecer universais abstratos a partir do mundo concreto. Inclusive pode-se desafiar alguém a falar de algo tão incrível que não use elementos de coisas reais existentes (você consegue?). Mas aí fica complicado dizer que os universais existem nas coisas mesmas.

Apesar de todas essas críticas feitas à ontologia de universais, ainda existem realistas dispostos a defender tal posição rebatendo

as objeções e insistindo no ponto de que com tal teoria é possível responder a várias questões filosóficas de maneira simples e intuitiva. Talvez a grande objeção então seja a dos nominalistas, que asseguram poder resolver os mesmos problemas sem a necessidade de apelar para tal ontologia, a qual, segundo eles, não tem nada de simples ou de intuitivo. Se isso for possível, os universais mostram-se dispensáveis e ganhamos uma teoria ontologicamente mais econômica.

2.2 NOMINALISMO

A grande motivação dos nominalistas é então a economia de princípios. Enquanto os realistas defendem uma ontologia com duas categorias distintas e irreduzíveis (**particulares e universais**), nominalistas esperam resolver os mesmos problemas de seus opositores com uma ontologia de uma única categoria, a de **entidades particulares**. Isso veio como herança de *William de Occam*. No entanto, nominalistas discordam entre si a respeito do que são particulares. Alguns aceitam todos os objetos concretos e os indivíduos do nosso senso comum pré-filosófico, tais como pessoas, animais, plantas e coisas materiais. Outros, por defenderem um reducionismo fisicalista, dirão que os particulares fundamentais são as partículas subatômicas da física quântica e o resto do que vemos e conhecemos pode ser reduzido a elas. Outros ainda defenderão que só existem tropos, ou particulares abstratos. Mais uma vez, a despeito de suas diferenças internas, trataremos os nominalistas genericamente como antirrealistas, analisando suas teorias a partir da recusa que fazem da ontologia de universais. Vejamos então como eles lidam com a questão da predicação e da semelhança de atributos.

Uma resposta é dada ao assumir a semelhança de atributos entre diferentes particulares como uma característica fundamental e não analisável do mundo. Nominalistas que tomam isso como ponto de partida dizem que toda teoria (científica ou ontológica) parte de algum aspecto primitivo de onde se pode construir todo o resto, e que o ponto deles será justamente esse, que alguns particulares são de tal forma que possuem determinados atributos e não há fato mais básico a ser usado para explicar esse fato primitivo. O primeiro apontamento feito à teoria dos realistas a partir daí é que



Willian Occam (1285-1347). Filósofo nominalista medieval de onde se originou a expressão “navalha de Occam”, que significava exatamente isto: **eliminar da metafísica a proliferação de entidades desnecessárias**. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:William_of_Ockham.png

ela não foge muito dessa obviedade, pois ao dizer que um cachorro branco e uma camisa branca compartilham o universal “brancura”, ou que ambos exemplificam a brancura, diz-se somente que eles são brancos porque existe a brancura, mas não se está explicando o que é a brancura nem por que eles são brancos. Realistas tomam a exemplificação do universal como fato primitivo e explicam as semelhanças a partir daí; o que os nominalistas dizem é que isso não explica nada, e que se é para tomar algo como básico, então é preferível parar um passo atrás, e assumir que ser de tal forma ou ter determinada característica é básico, sem com isso apelar para esse reino de universais à parte aos indivíduos particulares. Isso aparece em Quine da seguinte maneira:

Alguém pode admitir que haja casas, rosas e ocasos vermelhos, mas negar, exceto como uma maneira de dizer vulgar e traiçoeira, que eles tenham algo em comum. As palavras “casas”, “rosas” e “ocazos” são verdadeiras de diversas entidades individuais que são casas e rosas e ocasos, e a palavra “vermelho”, ou “objeto vermelho”, é verdadeira de cada uma das diversas entidades individuais que são casas vermelhas, rosas vermelhas e ocasos vermelhos; mas não há, além disso, qualquer entidade, individual ou não, nomeada pela palavra “vermelhidão” nem, do mesmo modo, pela palavra “casidade”, “rosidade”, “ocacidade”. Que casas, rosas e ocasos sejam todos eles vermelhos pode ser considerado algo fundamental e irreduzível, e pode-se sustentar que McX [representante dos realistas] não ganha nada, em termos de poder explicativo efetivo, com todas as entidades ocultas que ele põe sob nomes tais como “vermelhidão”. (QUINE, 1980, p. 223).

A crítica de Quine nessa passagem se dirige ao poder explicativo dos realistas, que, ao estipularem um universal que represente uma propriedade com o objetivo de explicá-la, acabam não explicando nada novo. É como se eles dissessem que casas, rosas e ocasos são vermelhos porque compartilham algo, a saber, a vermelhidão, mas nosso acesso a essa vermelhidão é obscuro e só interagimos diretamente com particulares vermelhos. Logo, o que sabemos sobre esses universais se confunde com os aspectos das coisas mesmas numa espécie de circularidade. **Como dissemos acima, se não há ganho na teoria, então mantemos aquela que se compromete com o menor número de entidades.**

Mas os realistas contra-argumentam dizendo que se compreendemos um enunciado predicativo ou relacional, se ele é significativo para nós, é porque deve haver uma relação de equivalência entre a sentença e algum aspecto no mundo. E essa correspondência se dá justamente através do referencial de seus elementos. Se a referência funciona bem para sentenças predicativas como “Maria é bonita”, deve funcionar igualmente para “A beleza é uma bênção” ou “Elfos não existem”. Mas nessas duas últimas o sujeito referido deve ser um universal, senão o esquema não funciona. Nominalistas vão defender que o problema apresentado é linguístico, de como lidamos com nomes (por isso nominalistas), e vão tentar mostrar que os nomes são arbitrários nas sentenças e que podemos tranquilamente passar sem eles.

Quine, entre outros, usa a teoria das descrições definidas, de Russell, para eliminar nomes singulares das sentenças de nossos discursos e acabar com o que ele chama de “fardo da referência objetiva”.

Só para lembrar o que já foi estudado na disciplina de **Ontologia II**, a teoria de Russell nos diz que para analisar adequadamente o significado de uma sentença predicativa devemos substituir o nome singular por uma descrição definida desse nome. Assim, segundo o exemplo clássico do próprio Russell, ao dizermos que “A cúpula redonda e quadrada do Berkeley College é rosa” estamos dizendo que “algo é redondo e quadrado e é uma cúpula do Berkeley College e é rosa, e nada mais é redondo e quadrado e uma cúpula do Berkeley College”. (QUINE, 1980, p. 220).

Com essa descrição o nome é **parafraseado** no seu contexto, mostrando-se um símbolo incompleto. Ao substituímos o que seria o nome da referência objetiva por um termo geral, vemos que a significatividade da sentença não depende da coisa mesma referida (não precisamos que exista de fato o referente para compreender uma sentença), mas que ela vem a partir do termo geral, que os lógicos chamam de *variáveis ligadas ou de quantificação*, tais como “algo”, “tudo” ou “nada”. Desse modo, os nominalistas analisam as sentenças predicativas sem o compromisso com a existência de coisas como cúpulas redondas e quadradas. Mas o que aconteceria

com nomes singulares que em princípio não teriam uma tradução via descrição definida? Quine vai argumentar que nesse caso poderia ser usado um estratagema artificial, não analisável e irreduzível, que transformaria o nome, por exemplo, Pégaso (apesar de Pégaso ser passível de descrição) em um atributo “ser-Pégaso”, adotando o verbo “Pegasear” para exprimi-lo (QUINE, 1980, p. 221). Assim, falaríamos em coisas que “pegaseiam”. O fato é que não importa tanto como se faz a paráfrase, o que se quer mostrar é que a maneira como falamos das coisas é relativamente arbitrária e por isso não devemos inferir do discurso um compromisso com a existência dessas entidades, sejam elas concretas ou abstratas.

Importante ressaltar que a estratégia da paráfrase está sendo utilizada de um modo inverso ao que fizeram os realistas. Enquanto estes buscavam parafrasear termos gerais em nomes singulares para evidenciar seu caráter referencial, nominalistas pretendem que todo termo singular seja parafraseado em um termo geral, de modo a eliminar a necessidade da referência objetiva. Isso pode funcionar muito bem com algumas sentenças, mas talvez não funcione tão bem com outras. Como nos mostra Loux (1998, p. 62-69) em dois exemplos:

1. Triangularidade é uma forma.

2. Coragem é uma virtude moral.

Com relação a (1), poderíamos ter uma paráfrase bem-sucedida em (1a): “Objetos triangulares são objetos com formas”. Mas ao tentar fazer o mesmo com (2) encontramos problemas. Uma tentativa feita foi (2a): “Pessoas corajosas são moralmente virtuosas”. Mas essa segunda sentença não parece dizer a mesma coisa que a primeira. Podemos imaginar pessoas que apesar de corajosas não reúnem outras qualidades que as tornem dignas de serem chamadas de virtuosas e para as quais a coragem por si só seria insuficiente para tal. É preciso ressaltar que as pretendidas paráfrases precisam manter a significação e o valor de verdade da sentença original, senão não faz sentido tal empreitada. Para tentar responder a isso, pode-se dizer que (2a) não é uma paráfrase adequada para tal sentença e tentar encontrar outra melhor, mas o

problema de fato é que esse tipo de paráfrase implicitamente indica que ao utilizar um termo singular abstrato em uma sentença, ao invés de falarmos diretamente de universais, estamos antes falando de particulares. Ou seja, o problema é continuar supondo que as sentenças contendo termos singulares abstratos falam de algo extralinguístico.

Carnap (1980) percebeu esse problema e propôs uma resposta diferente para essa questão. Para ele, sentenças em que aparecem termos singulares abstratos dizem respeito ao termo geral correspondente daquele termo abstrato e não a um indivíduo externo à linguagem. De modo que o que aparenta ser um discurso sobre a propriedade (ou universal) “coragem”, do exemplo acima, é antes um discurso sobre o termo geral “corajoso”. Assim, uma paráfrase adequada para (2) seria (2b): “‘Corajoso’ é um predicado de virtude”; e para (1), (1b): “‘Triangular’ é um predicado de forma”. Com essa mudança na abordagem do assunto, Carnap (1980) pretende eliminar a referência a universais mantendo a discussão no plano linguístico, falando apenas do significado das palavras, das suas relações internas e das funções sintáticas que elas exercem. Com Carnap (1980), a discussão ontológica que envolve particulares e universais intensifica-se numa discussão metalinguística sobre os termos proposicionais e suas funções.

Outra maneira de compreender o antirrealismo é através da *teoria dos tropos*. Quando apresentamos a disputa entre realistas e antirrealistas, falamos da maneira como eles compreendem particulares e universais levando em conta principalmente a questão da predicação e da semelhança de atributos entre diferentes indivíduos. Mas devemos considerar que um dos fatores em disputa é o tratamento ou o entendimento dessas duas posições com relação ao que são entidades concretas e o que são entidades abstratas. Os realistas consideram propriedades como entidades universais e abstratas, enquanto antirrealistas as consideram nomes de qualidades de entidades concretas. Como veremos agora, autores que defendem a teoria dos tropos falam de propriedades como **particulares abstratos**.

Um tropo é um atributo de um ser concreto, como forma, cor, sabor, cheiro, qualidade moral, defeito, mas é fundamen-

talmente algo único, que só aquele ser concreto possui. Nessa visão, o azul de uma blusa é único e exclusivo daquela blusa e o sorriso de uma pessoa somente aquela pessoa o possui. Por mais que falemos de diversos sorrisos ou que façamos várias blusas do mesmo rolo de fio azul, ainda assim essas qualidades são exclusivas dos diferentes particulares que as possuem. Isso porque um tropo é por definição um particular abstrato: particular na medida em que ele é único para cada indivíduo, negando com isso a propriedade dos universais de ser multiexemplificável; abstrato porque é incompleto – nas palavras de Donald Williams: “na sua extensão o ‘verdadeiro’ significado de ‘abstrato’ é *parcial, incompleto, ou fragmentário*, o traço do que é menos do que sua totalidade inclusiva” (WILLIAMS, 1999, p. 122). O que o autor deseja com essa definição é desfazer a ideia de que algo abstrato seja algo místico, transcendente, independente do espaço e do tempo, confuso (termo muitas vezes utilizado por outros autores). Assim, um sorriso é abstrato porque não ocorre independente, solto por aí no mundo, ele precisa de uma boca, de um rosto para acontecer; mas é um particular porque sua ocorrência é distinta em cada pessoa distinta.

A ontologia da teoria dos tropos continua sendo uma ontologia de uma categoria só, contrária a dos realistas, mas ao invés de defender que só existem particulares concretos, eles defenderão que o que existe são particulares abstratos e que os particulares concretos podem ser derivados destes.

Assim, diz Williams (1999, p. 122):

Eu proponho agora que entidades tais quais nossas partes puras ou componentes abstratos são os constituintes primeiros desse ou de qualquer mundo possível, o grande alfabeto do ser. Elas não são apenas atuais, mas as únicas atualidades. Nesse sentido, considerando que entidades de todas as outras categorias são igualmente compostas delas, elas não são, em geral, compostas de nenhuma outra sorte de entidades. [...] Uma descrição disso em boa velha fraseologia tem uma ligação paradoxal: nossas partes tênues são ‘particulares abstratos’.

Como então, a partir dessa nova abordagem, resolver os problemas que vínhamos discutindo até agora? Como a teoria dos tropos lida com termos singulares abstratos? No contexto atual dessa teoria, termos singulares abstratos são nomes que, ao invés de no-

Exemplo retirado de Loux
(1998, p. 83).

mearem universais, nomeiam conjuntos de tropos semelhantes. O ganho teórico que há em falar de conjuntos ao invés de universais é que conjuntos têm um critério de identidade bem definido, enquanto universais distintos podem ser exemplificados exatamente pelos mesmos objetos, gerando confusão. Um exemplo disso é considerarmos a propriedade “possuir coração” e a propriedade “*possuir rim*”. Dentro do esquema realista de universais, esses dois grupos serão exemplificados exatamente pelos mesmos indivíduos, uma vez que todo animal que tem coração tem rim. Assim, simplesmente separando um grupo qualquer de animais como instanciadores exemplares das propriedades, não teríamos como distinguir o que é ter um coração do que é ter um rim, o que poderia levar a uma conclusão falsa de que ter um coração é a mesma coisa que ter um rim. Na teoria dos tropos, “ter coração” é um tipo de tropo diferente do tropo “ter rim”, de modo que o conjunto formado por todos os tropos “ter coração” é diferente do conjunto formado pelos tropos “ter rim”. E como em teoria dos conjuntos se define a identidade de dois conjuntos pelos elementos que o formam, não ocorreria aqui a mesma conclusão errônea que poderia ter ocorrido no caso dos universais, pois os tropos que compõem os dois conjuntos são distintos. É uma vantagem poder usar a teoria dos conjuntos como suporte, uma vez que ela é uma teoria bem estabelecida e “comportada” dentro da matemática.

Com essa abordagem, os teóricos de tropos escapam da ontologia dúbia e desconcertante dos realistas que têm de lidar com entidades fora do espaço e do tempo, repetíveis e multiexemplificáveis e com o modo (mágico!) com que essas entidades se relacionam com nosso conhecimento e entendimento; e ao mesmo tempo não caem no absurdo dos outros nominalistas de negar que existem cores, formas, qualidades morais, afirmando que quando falamos dessas coisas estamos apenas falando de nomes, mantendo-nos dentro do universo da linguagem apenas. Note-se: o tropo que caracteriza a cor da laranja é diferente do tropo que dá cor ao carro laranja, apenas o nome é igual; tropos não são nomes, mas particulares abstratos, isto é, componentes das próprias coisas.

2.3 CONCEPTUALISMO

Uma posição alternativa entre o realismo e o nominalismo foi introduzida na Antiguidade pelas escolas ditas helenísticas (Epicurismo e Estoicismo), em geral associadas ao atomismo materialista. Segundo essa concepção, os nomes comuns expressam conceitos ou noções (*ennoia*), os quais são estados da mente (*pathematas tes psyques*). Para essas escolas, o que há são corpos, indivíduos particulares. Os nomes comuns não nomeiam corpos, mas indicam as **impressões mentais** provocadas pela percepção dos corpos. Uma vez que a mente era concebida por eles como sendo também corpórea, mantinha-se assim a coerência da tese de que só há corpos e nada mais.

Essa posição foi retomada e desenvolvida na modernidade, sobretudo pelos empiristas. Em geral, a posição moderna de fundo é nominalista, como mostra Hobbes (1588-1679) quando afirma que “fora os nomes, nada no mundo é universal, pois cada coisa existente é individual e singular” (HOBBS, 1979, p. 39), no que é seguido por Locke (1632-1704). Todavia, o primado da consciência e da mente, característico das filosofias desse período, restaria assim sem explicação. O próprio Locke levanta a questão: “Visto que todas as coisas que existem são apenas particulares, como formamos os nomes comuns, ou onde encontramos estas naturezas gerais que eles supostamente significam?” (LOCKE, 1980). A resposta de Locke é clara e inequívoca:

As palavras tornam-se gerais por serem estabelecidas como os sinais das ideias gerais; e as ideias tornam-se gerais separando-se delas as circunstâncias de tempo e lugar, e quaisquer outras ideias que possam determiná-las para esta ou aquela existência particular. Por este meio de abstração elas tornam-se capazes de representar mais do que um indivíduo, cada um dos quais tendo nisto uma conformidade com esta ideia abstrata, é (como o denominado) desta espécie. (LOCKE, 1980).

Nessa resposta recusa-se a posição realista, mas também é recusada a posição nominalista. Os nomes comuns, os termos gerais, não são meros nomes coletivos, antes são nomes comuns por expressarem ideias abstratas, as quais, elas sim, por abstraírem tudo o que é particular, apreendem diferentes particulares. As palavras

são significativas na medida em que expressam ideias: “Palavras, em seu significado primário e imediato, nada significam senão **as ideias na mente de quem as usa**” (LOCKE, 1980, p. 2). As ideias, por sua vez, a mente as tem na medida em que recebe e trabalha com impressões provenientes dos sentidos.

A versão contemporânea dessa posição abandona a teoria empiricista das ideias e passa a sustentar a tese de que os nomes comuns expressam conceitos, os quais são capacidades cognitivas de classificação e organização de uma mente. Em outras palavras, os universais seriam formas (regras) de aparência das coisas para uma mente ou intelecto; ou ainda, estruturas lógico-formais *a priori* do pensamento ou juízo.

Portanto, quando falamos em predicação, na associação de uma qualidade a um objeto, do ponto de vista dos conceptualistas, estamos falando de uma operação de uma mente capaz de pensar e formar conceitos, como base para a expressão linguística e a comunicação, que permite a predicação e a asserção, resultado de uma evolução histórica, social e cultural dos seres humanos no meio em que vivem.

Uma frase predicativa, como “A bola é azul”, seria a manifestação dessas operações e capacidades mentais. **De acordo com o filósofo Nino B. Cocchiarella (1986, p. 7), há dois tipos de capacidade cognitiva que caracterizam a predicação dentro do conceptualismo: a capacidade referencial, que quando exercitada dá ao discurso seu elemento intencional-referencial, isto é, o caráter de estar direcionado a algo; e a capacidade predicativa, que quando exercitada fornece os elementos relacionais e predicativos (inferenciais) do discurso.** Note-se que nessa caracterização conceitos não são objetos ou entidades mentais, não são “imagens” ou “ideias” que estão de alguma forma alocadas na mente humana a partir de um esforço de abstração do pensamento. Aqui é preferível falar em uma capacidade cognitiva concebida intersubjetivamente, de atos e operações mentais, que possibilita o entendimento comum e a comunicação entre as pessoas.

Nessa concepção, pode haver conceitos nunca exercitados, ou seja, a capacidade estrutural do pensamento pode não ser pratica-

da em toda sua potencialidade. Conceitos em geral (isto é, capacidades de discriminação) e conceitos predicáveis em especial não são entidades individuais, mas, antes, estruturas e operações cognitivas insaturadas cuja realização ou preenchimento fornece o conteúdo para os *atos mentais e linguísticos*. Desse modo, pode haver conceitos exercitados por pessoas diferentes ao mesmo tempo, ou em tempos diferentes pelas mesmas pessoas; essa possibilidade é o que está pressuposto quando falamos em intersubjetividade. Mas a característica fundamental que Cocchiarella levanta é a da complementaridade que há entre as estruturas conceituais referenciais e predicativas ou inferenciais. Afirma ele: “é essa complementaridade que realça a química mental entre linguagem e pensamento” (COCCHIARELLA, 2007, p. 71). Ou seja, quando são exercitadas juntas, essas duas estruturas completam-se mutuamente no discurso ou em atos mentais, o que faz com que tenhamos uma expressão predicativa coerente e compreensiva.

Vejamos um exemplo. Na sentença “Todo jogo de copa do mundo é bom” temos a frase nominal “Todo jogo de copa do mundo” no papel de indicador daquilo de que se fala, o conceito referencial, e a frase “é bom” no papel do conceito predicativo ou classificador. A complementaridade mencionada é entre as duas operações mentais de referir e classificar, articuladas linguisticamente nessas duas estruturas frasais, cujo sentido é uma articulação entre conceitos que dá sentido para a asserção, pois sozinhas nenhuma delas nos diz nada.

ATOS MENTAIS E LINGUÍSTICOS

Conceptual Realism and the Nexus of Predication. “Conceptualism is a sociobiologically based theory of the human capacity for thought and concept-formation, and, more to the point, systematic concept-formation. Concepts themselves are types of cognitive capacities, and it is their exercise as such that underlies the speech and mental acts that constitutes our thoughts and communications with one another. But thought and communication exist only as coordinated activities that are systematically related to one another through the logical operations of thought; and it is with respect to the idealized closure of these operations that concept-formation is said to be systematic. It is only as a result of this closure, moreover, that the unity of thought as a field of internal cognitive activity is possible.” (COCCHIARELLA, 2007, p. 87)

Asserção (julgamento)

Ato referencial ... **Ato predicativo**



Nexo da predicação

(mútua saturação, ou complementaridade)

No exemplo acima vimos uma expressão referencial, um termo geral (jogos de copa do mundo), mas se a referência fosse a um particular singular (com um termo singular, como “Sócrates”), não haveria grandes mudanças no esquema. Primeiro porque os atos referenciais são capacidades cognitivas e não particulares no mundo; segundo porque no conceptualismo só existe uma categoria geral de nomes, que tem como subcategorias os nomes comuns e os particulares, de modo que é indiferente fazermos uso de um nome próprio ou de um nome comum ocupando o papel referencial ou designador na sentença, embora sejam formadas expressões gramaticalmente distintas (na frase eles exercem a mesma função).

Desse modo, o conceptualismo dissolve o problema que deu origem à questão dos universais, implícito na suposição de que a predicação é “dizer algo de algo”, ao explicar tanto a objetividade ou referencialidade (dizer de algo) quanto à predicação (dizer algo de) discursiva em termos de capacidades e operações. A questão acerca do que é que há, e acerca do que é isso de que se fala, não é assim respondida, mas também não é confundida com a explicação da estrutura do pensamento e da linguagem.

Em relação ao nominalismo, o conceptualismo rejeita a tese de que há apenas particulares individuais, pois o sentido em que há particulares não é o sentido em que há conceitos. Mais especificamente, rejeita-se a tese nominalista de que não há universais além dos predicados (nomes comuns), pois o conceptualismo compromete-se com a existência de universais no sentido de conceitos, para os quais é possível estabelecer condições de aplicação correta (COCCHIARELLA, 2007, p. 8). A habilidade de aplicar um conceito está associada à habilidade de usar certas expressões linguísticas e de se comportar de um modo específico. A tese conceptualista, porém, não identifica o conceito com essas habilidades e atividades, mas as vincula com a sua posse, indicando assim que os conceitos são realidades dependentes. Justamente esse fator faz a diferença em relação ao realismo, pois o conceptualismo não atribui aos conceitos uma realidade independente das atividades conscientes e linguísticas.

LEITURAS SUGERIDAS

O livro organizado por Guido Imaguire, *Metafísica contemporânea*, fornece um panorama atualizado das discussões ontológicas atuais. Já o livro de Thomas M. Simpson, *Linguagem, realidade e significado*, apresenta os principais conceitos e problemas da ontologia relacionados à lógica e à análise da linguagem. Nesse livro, assim como no livro de Paul F. Strawson, *Análise e Metafísica: uma introdução à Filosofia*, abordam-se o problema de como compreender o sentido das frases e o problema do comprometimento com a existência de entidades.

REFLITA SOBRE

O que há de comum entre as coisas de que falamos e o que falamos das coisas?

O que há de comum entre o sentido de “é azul”, “é existente” e “é pesado”?